

CONSIDERAÇÕES SOBRE RACISMO INSTITUCIONAL E LAICIDADE DO ESTADO A PARTIR DO PL 21/2015 RS.

WINNIE DE CAMPOS BUENO¹
MÁRCIA BERTOLDI²

¹ Universidade Federal de Pelotas - ninebueno@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - marciabertoldi@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro é marcado por sua diversidade, a qual se manifesta nos mais variados aspectos, perpassando por particularidades regionais, culturais, morais, filosóficas, sócio – políticas e religiosas. Contudo, para que essa pluralidade de viveres possa se manifestar de forma plena, faz-se necessário um estado de direito que tenha por premissa a liberdade de expressão em sua forma mais democrática. Esse pressuposto, está inscrito na Constituição Federal, mas não são raros os momentos em que a própria comunidade questiona a forma com que os instrumentos de legitimação destas normas atuam na materialidade. É exatamente nessas ocasiões que se problematiza a produção legislativa, principalmente quando esta é uma ferramenta de reprodução da intolerância religiosa e afronta os ditames da laicidade do Estado.

Destaca-se que os estudos sobre laicidade apontam para uma construção política cuja a dinâmica e sentido, ou seja, princípio fundamental, estão na liberdade de consciência e igualdade dos cidadãos, diante da lei e do Estado. A definição corrente sobre laicidade como separação entre o Estado e a Igreja, não seria suficiente, ainda que seja precisa, para a análise da laicidade. Isto é, a separação é tomada como princípio fundamental da laicidade, mas não como sua finalidade. Ou seja, parte-se da separação para a articulação da laicidade, opondo-se à ideia de que a separação deve ser o fim de um processo de laicidade. (NICOLINI, 2011)

São frequentes as denúncias de afronta ao princípio da liberdade religiosa, bem como também são massivas as ações estatais em âmbito municipal, estadual e nacional que ferem a laicidade do estado. É relevante perceber que as tradições religiosas de matriz africana são fortemente atingidas pela intolerância religiosa. Supomos que esta prevalência de tolhimento de direitos e o volumoso índice de relatos de violência voltada aos seus praticantes tenham uma correlação estrita com o racismo institucional, vez que estas religiões configuram-se também enquanto elemento da identidade étnica afro-brasileira. (MORAIS, 2012)

O tolhimento de direitos da população negra é latente na sociedade brasileira e se verifica em diversos marcadores institucionais, dessa forma, não surpreende que o processo histórico de consolidação da democracia, legitime a presença pública e institucional das tradições religiosas calcadas em valores eurocêntricos e conservadores. Em um primeiro momento histórico essa legitimidade é voltada às instituições católicas, atualmente temos esse diagnóstico a partir da atuação das igrejas evangélicas nas esferas de poder., influenciando de maneira incisiva as relações entre o estado e religião (GIUMBELLI, 2008)

Para os fins deste trabalho observou-se a proposição do projeto de lei 21/2015, alvo de polêmicas relevantes que suscitaram debates entre os

adeptos do batuque, tradição religiosa de matriz africana, e movimentos defensores dos direitos dos animais. O projeto em questão visava proibir o sacrifício de animais nos rituais praticados pelas religiões de matriz africana, pois segundo a deputado estes seriam atentatórios a dignidade animal. Por outro lado, os sujeitos que vivenciam a tradição de matriz africana alegavam a inconstitucionalidade do projeto, pois o mesmo criava um óbice ao livre direito de culto e a liberdade religiosa, princípios constitucionais fundamentais invioláveis

A relevância do objeto em questão reside na necessidade de aprofundar estudos que contribuam na construção uma sociedade em que as tensões entre religião, política pública, instituições político-partidárias e espaço democrático não sejam alvo de tensões tão proeminentes e geradores de uma crise que coloque os esforços da construção de uma democracia plena em risco.

2. METODOLOGIA

O presente artigo é resultado da observação e participação dos procedimentos que discutiram o projeto de lei 21/2015, cujo a ementa objetivava alterar a Lei 11.915, de 21 de maio de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, e revogar a Lei nº 12.131, de 22 de julho de 2004. Acompanhou-se a atuação do Conselho Estadual de Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul e das entidades ligadas aos cultos de tradição de matriz africana, fundamentalmente a Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras (RENAFRO), instituições que articularam os diálogos entre os sujeitos do movimento social e o Estado. Realizaram-se análises da justificativa do projeto de lei, do parecer contrário apresentado pela comissão de constituição e justiça, do recurso a este parecer, fundamentadas a partir da sociologia e da antropologia jurídica.

O levantamento bibliográfico sobre as tradições de matriz africana no Brasil e a respeito da organização dos movimentos sociais no enfrentamento à intolerância religiosa, prevalecendo as experiências ocorridas no Rio Grande do Sul.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intolerância religiosa é uma violência social que atravessa a história do Brasil. Embora o estado comprometa-se com a liberdade de consciência e crença desde o final do século XIX, a presença da Igreja nas decisões políticas e o peso da mesma nos procedimentos institucionais, representa um forte indício da forma com que os valores éticos e morais cristãos consolidaram presença na esfera pública. De outro lado, as tradições religiosas oriundas de contextos afrocêntricos sempre estiveram relegadas a esfera individual, privada, doméstica. Essa constatação aponta para a falibilidade da construção da laicidade no contexto brasileiro, vez que sua eficácia depende de liberdade de consciência, a qual gera a necessidade de revitalização de todas as crenças no âmbito público e concomitantemente a produção de normas que estejam alheias a uma doutrina específica.

A partir destes apontamentos iniciais é possível compreender o processo legislativo que culminou no PL21/2014, uma tentativa de revisão do Código Estadual de Proteção Animal, promulgado em 2003. A primeira versão instituía a proibição de rituais que implicassem em no sacrifício de animais, o texto vedava expressamente estes ritos, o que basicamente eliminaria as possibilidades de

manutenção das tradições de matriz africana, vez que estas corriqueiramente utilizam-se desta prática, imputando valores significativos litúrgicos relacionados com a iniciação dos adeptos a estas religiosidades. (TADVALD, 2007). Na época, a mobilização dos movimentos sociais negros possibilitou uma emenda ao texto, apresentada pelo deputado Edson Portilho, eliminando possibilidades interpretativas lesivas às tradições de matriz africana. (GIUMBELLI, 2008)

Tanto a justificativa do projeto, quanto o recurso encaminhado a CCJ, careciam de fundamentos jurídicos e sociológicos. Por mais que não possamos negar que exista um conflito valorativo nesta temática, a redação do mesmo era eminentemente preconceituosa, pois atingia apenas as práticas religiosas de matriz africana e é sabido que não são apenas estas que se utilizam de sacrifício animal em sua liturgia. As próprias tradições religiosas judaico-cristãs, relegam significados morais a ingestão de carnes, é o caso do consumo de peixes na sexta feira da paixão, por exemplo. Embora na atualidade o peixe que se ingere na semana santa seja oriundo da indústria pesqueira, este consumo ainda está adstrito a ideia de obrigação religiosa. Sabe-se que os alimentos de origem animal consumidos pelos judeus e cristãos passavam por um processo prévio de sacrifício, em que uma parte determinada era oferecida aos deuses, e a restante se destinava ao comércio.

A prática de sacrifício animal nessas tradições possui outros contornos na atualidade, não é mais feita sobre pressupostos religiosos, mas ainda ocorre, pois não é possível consumir a carne enquanto os animais estejam vivos. Na tradição de matriz africana este consumo é necessariamente ligado a um ritual, no qual o animal é sacralizado antes de ser abatido para consumo, porém, em ambas tradições há morte de animais, contudo apenas as religiões africanas seriam atingidas com a sanção do projeto, o que implica em racismo institucional, vez que estas integram a identidade cultural negra, e intolerância religiosa, dado a maneira com que apenas estes cultos são afrontados.

Há uma continuidade de iniciativas legislativas que procuram dificultar a expressão religiosa de matriz africana. No caso do PL 21/2015, a articulação dos movimentos sociais negros e dos líderes religiosos de matriz africana possibilitou a não aprovação do projeto, contudo, há um número expressivo de proposições legislativas que aparentemente detêm-se em regulares questões ambientais ou de proteção animal mas que em seu fundo obstam o livre exercício religioso. Os planos diretores dos municípios são instrumentos nos quais se verificam a atuação das bancadas evangélicas em eliminar a presença pública dessas tradições. Através de textos que versam sobre a limpeza urbana, tentam coibir o depósito de oferendas em locais públicos, vetar a manutenção de animais em terreiros e até mesmo limitar o som dos instrumentos de percussão utilizados nos terreiros. Há um jogo de poder estabelecido entre os religiosos de matriz africana e este segmento legislativo, a atuação das bancadas evangélicas reveste-se de um conservadorismo que afronta princípios fundamentais consolidados pelas normas jurídicas pátrias. Quando há conflito aparente entre o meio ambiente cultural e o meio ambiente natural, merece tutela a prática cultural que implique identificação de valores de uma coletividade (FIORILLO, 2004), mas essa identificação só tem sido possível em virtude da mobilização das coletividades atingidas, historicamente marginalizadas e ausentes da construção das agendas políticas institucionais.

4. CONCLUSÕES

Não há dúvidas que vivenciamos um momento em que a laicidade do estado brasileiro tem sido questionada pelos movimentos sociais, embora neste artigo a abordagem se destine a uma temática bastante específica, nos campos dos

direitos das ditas minorias, a atuação das bancadas evangélicas tem criado óbices as conquistas de direitos.

O desenvolvimento deste trabalho possibilita compreender que ainda se faz necessário a consolidação da laicidade em aspectos mais concretos em nosso país. A mera inscrição da liberdade religiosa, do direito ao culto e do estado laico em nossa constituição não freia as frequentes tentativas de eliminação de práticas religiosas de matriz africana. O racismo institucional impede uma articulação política avançada dos movimentos sociais negros, e por outro lado, legitima proposições que distorcem a religiosidade de matriz africana. É preciso reconhecer que sem abordar o racismo, entendendo a maneira com que ele opera nas estruturas de poder, pouco se avança na construção da democracia de forma plena.

A formação da liberdade religiosa e da laicidade do Estado não se deu através de reivindicações sociais, mas resultado de arranjos políticos elaborados pela elite (CARVALHO, 2011), logo é fundamental que se repense esses marcos, possibilitando uma reconstrução do estado laico que se debruce no pluralismo jurídico e na multiculturalidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

FIORILLO, C.A.P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Artigo

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

MORAIS, M.R. Políticas Públicas e a fé afro-brasileira: uma reflexão sobre ações de um estado laico. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v.14, n.16, p. 39-59, 2012.

NICOLINI, M.H.O. Laicidades articuladas sócio-historicamente. **Estudos de Religião**, São Paulo v. 25, n. 41, p. 235-244, 2011.

TADVALD, M. Direito litúrgico, direito Legal: a polêmica em torno do sacrifício ritual de animais nas religiões afro gaúchas. **Caminhos**, Goiânia, v. 5, n.1, p. 129-147, 2007.

Tese/Dissertação/Monografia

CARVALHO, N.P. **A formação da liberdade religiosa: peculiaridades e vicissitudes no Brasil**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós Graduação em Direito. Universidade Federal de Minas Gerais

Documentos eletrônicos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **PL 21/2015**. Porto Alegre, 4 mar. 2015. Acessado em 02. jul. 2015. Online. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=21&AnoProposicao=2015&Origem=Px>